



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 4ª REGIÃO

RELATÓRIO CONTÁBIL DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2023 DO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Porto Alegre/RS

Março/2024

Declaração Anual do Contador

Declaração com Restrição

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2023 do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4).

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023 e é pautada na [Macrofunção SIAFI nº 020315](#) - Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis - Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2023, estão, nos seus aspectos mais relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, com o Decreto-Lei nº 200/1967, com o Decreto nº 93.872/1986, com a Lei nº 10.180/2001 e com a Lei Complementar nº 101/2000. Abrangendo, também, as [Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público \(NBC TSP\) do Conselho Federal de Contabilidade \(CFC\)](#), o [Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público \(MCASP\)](#) e o [Manual SIAFI](#), ambos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), exceto quanto aos assuntos mencionados a seguir:

1. contabilização incorreta de reavaliação de bens imóveis, em exercício anteriores, gerando inconsistências contábeis, no valor estimado de R\$ 95.153.659,26, em Reserva de Reavaliação de Imóveis e em Superávit ou Déficit de Exercícios (Notas 12 e 13);

2. os valores de terrenos registrados no SIAFI de forma automática pelo SPIUnet, no montante de R\$ 107.149.523,44, que estão sendo somados na conta do Ativo Imobilizado "Edifícios" ao invés de serem contabilizados na conta do Ativo Imobilizado "Terrenos" (Nota 8);

3. não foi realizada a devida contabilização, em dezembro/2023, no valor de R\$ 118.135,05, conforme orientação do Ofício Circular CSJT.SG.SEOFI Nº 281/2023, referente devolução do aporte inicial da FUNPRESP-JUD (Nota 6);

4. impossibilidade de conciliação dos valores registrados em Férias a Pagar pela não disponibilização de relatório com as informações necessárias pelo sistema utilizado pelo TRT4 (Nota 10);

5. o valor do saldo dos bens não localizados constante do Relatório de Movimentação de Bens, relatório emitido pelo Sistema de Patrimônio do TRT4 - sistema de controle patrimonial, apresenta o valor dos bens pelo valor de aquisição ou de avaliação, enquanto no SIAFI consta com o valor líquido contábil (Nota 7);

6. a ausência de sistema de controle dos valores e cálculos de amortização de ativos intangíveis com vida útil definida, configurando fragilidade no controle interno (Nota 9); e

7. impossibilidade de realização da conciliação contábil dos valores de depreciação de imóveis contabilizados no SIAFI, competências novembro/2023 e dezembro/2023, por não estar disponível [no sítio da Secretaria do Patrimônio da União](#) o arquivo contendo os valores de depreciação dos imóveis do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União - SPIUnet (Nota 8).

Porto Alegre/RS, 1º de março de 2024.

Argemiro Dornelles Neto

Contador CRC/RS nº 072921/O

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO 2023

PERÍODO: Anual

VALORES EM UNIDADE DE REAL

01. BALANÇO PATRIMONIAL - UG 080014

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE		92.040.186,52	73.307.612,43	PASSIVO CIRCULANTE		103.770.063,73	120.420.543,35
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	68.401.405,90	59.276.536,92	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	10	66.311.756,94	120.023.715,06
Créditos a Curto Prazo		21.930.149,31	12.412.015,62	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores	2	21.941.860,70	12.440.226,90	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		137.853,54	2.310,00
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	3	-11.711,39	-28.211,28	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Estoques	4 e 5	708.140,37	730.081,23	Transferências Fiscais a Curto Prazo		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		1.000.490,94	888.978,66	Provisões a Curto Prazo	11	36.698.016,27	-
				Demais Obrigações a Curto Prazo		622.436,98	394.518,29
ATIVO NÃO CIRCULANTE		385.840.859,49	324.850.431,08	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	6	1.642.138,41	1.918.855,22	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		-	-
Créditos a Longo Prazo		1.125.594,60	1.075.235,57	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores		1.125.594,60	1.075.235,57	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		516.543,81	843.619,65	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Imobilizado		373.637.324,80	309.501.600,85	Transferências Fiscais a Longo Prazo		-	-
Bens Móveis		64.908.306,06	53.019.326,67	Provisões a Longo Prazo		-	-
Bens Móveis	7	150.484.453,84	133.221.791,65	Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-85.576.147,78	-80.202.464,98	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		103.770.063,73	120.420.543,35
Bens Imóveis	8	308.729.018,74	256.482.274,18	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Bens Imóveis		309.073.785,67	257.011.281,82	ESPECIFICAÇÃO			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-344.766,93	-529.007,64	Demais Reservas	12	53.680.720,67	-
Intangível	9	10.561.396,28	13.429.975,01	Resultados Acumulados	13	320.430.261,61	277.737.500,16
Softwares		10.561.396,28	13.429.975,01	Resultado do Exercício		45.909.057,28	61.656.884,61
Softwares		17.818.537,47	17.883.005,99	Resultados de Exercícios Anteriores		277.449.176,76	312.250.076,35
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-6.483.226,17	-4.453.030,98	Ajustes de Exercícios Anteriores		-2.927.972,43	-96.169.460,80
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-773.915,02	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		374.110.982,28	277.737.500,16
TOTAL DO ATIVO		477.881.046,01	398.158.043,51	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		477.881.046,01	398.158.043,51

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	68.401.405,90	59.276.536,92	PASSIVO FINANCEIRO	36.692.497,23	24.174.756,95
ATIVO PERMANENTE	409.479.640,11	338.881.506,59	PASSIVO PERMANENTE	102.555.968,27	119.558.643,14
			SALDO PATRIMONIAL	338.632.580,51	254.424.643,42

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos			
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	7.325.490,99	7.671.210,17	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		365.525.056,34	261.140.237,56
Atos Potenciais Ativos	7.325.490,99	7.671.210,17	Atos Potenciais Passivos		365.525.056,34	261.140.237,56
Garantias e Contragarantias Recebidas	5.639.012,67	5.578.096,86	Garantias e Contragarantias Concedidas		-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	14	788.325,00	788.325,00
Direitos Contratuais	1.686.478,32	2.093.113,31	Obrigações Contratuais	14	364.736.731,34	260.351.912,56
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos		-	-
TOTAL	7.325.490,99	7.671.210,17	TOTAL		365.525.056,34	261.140.237,56

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	11.971.194,52
Recursos Vinculados	19.737.714,15
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-276.801.594,13
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	554.495.201,24
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-257.955.892,96
TOTAL	31.708.908,67

02. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - UG 080014

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	2023	2022	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	2023	2022
		2.338.688.763,33	2.053.425.006,52			2.292.779.706,05	1.991.768.121,91
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		81.671.270,05	86.990.669,08	Pessoal e Encargos	17	1.149.957.662,81	1.083.026.218,60
Taxas		81.671.270,05	86.990.669,08	Remuneração a Pessoal		905.118.548,76	852.972.503,50
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		34.636.624,99	23.184.284,11	Encargos Patronais		184.187.698,55	183.001.518,01
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		34.636.624,99	23.184.284,11	Benefícios a Pessoal		60.651.415,50	47.052.197,09
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		161.459,04	148.592,20	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	17	592.963.441,66	567.801.351,04
Juros e Encargos de Mora		3.678,67	6.037,24	Aposentadorias e Reformas		478.215.971,36	455.809.636,70
Variações Monetárias e Cambiais		157.780,37	142.554,96	Pensões		113.857.054,40	111.122.507,71
Transferências e Delegações Recebidas	15	2.218.462.468,14	1.940.236.335,88	Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		890.415,90	869.206,63
Transferências Intragovernamentais		2.218.457.657,71	1.940.234.248,35	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	18	166.947.754,37	137.394.665,97
Outras Transferências e Delegações Recebidas		4.810,43	2.087,53	Uso de Material de Consumo		1.495.374,49	1.016.215,78
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorp. de Passivos	16	57.478,39	1.057.939,80	Serviços		150.239.223,98	122.636.604,57
Reavaliação de Ativos		-	288.323,40	Depreciação, Amortização e Exaustão		15.213.155,90	13.741.845,62
Ganhos com Incorporação de Ativos		56.976,90	769.616,40	Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		5.246.378,68	9.132.837,75
Ganhos com Desincorporação de Passivos		501,49	-	Juros e Encargos de Mora		2.873.590,15	896.847,96
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		3.699.462,72	1.807.185,45	Variações Monetárias e Cambiais		2.370.414,09	8.235.989,79
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		14.391,69	-	Descontos Financeiros Concedidos		2.374,44	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		3.685.071,03	1.807.185,45	Transferências e Delegações Concedidas		131.267.781,13	105.492.471,77
				Transferências Intragovernamentais		130.232.367,81	96.711.089,32
				Outras Transferências e Delegações Concedidas		1.035.413,32	8.781.382,45
				Desvalorização e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	19	232.850.653,51	82.871.741,45
				Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		4.253.930,59	79.702,29
				Perdas Involuntárias		73.420,92	28.380,74
				Incorporação de Passivos		226.642.730,00	82.000.848,30
				Desincorporação de Ativos		1.880.572,00	762.810,12
				Tributárias		3.480.053,04	2.786.145,88
				Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		99.176,76	61.141,15
				Contribuições		3.380.876,28	2.725.004,73
				Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		10.065.980,85	3.262.689,45
				Premiações		54.418,49	-
				Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		10.011.562,36	3.262.689,45
				RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	13	45.909.057,28	61.656.884,61

03. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - UG 080014

	NE	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		37.711.730,16	31.573.569,19
INGRESSOS		2.338.517.461,46	2.055.464.081,97
Outros Ingressos Operacionais		2.338.517.461,46	2.055.464.081,97
Ingressos Extraorçamentários		226.423,31	350.355,83
Transferências Financeiras Recebidas		2.218.453.608,66	1.940.223.701,35
Arrecadação de Outra Unidade		119.379.868,58	114.881.057,07
Demais Recebimentos		457.560,91	8.967,72
DESEMBOLSOS		-2.300.805.731,30	-2.023.890.512,78
Pessoal e Demais Despesas		-2.001.729.845,38	-1.749.573.704,32
Judiciário		-1.172.292.588,11	-1.056.299.227,72
Previdência Social		-599.501.183,93	-606.261.876,43
Encargos Especiais		-229.936.073,34	-87.012.600,17
Transferências Concedidas		-168.137.335,68	-177.189.513,61
Intragovernamentais		-168.137.335,68	-177.189.513,61
Outros Desembolsos Operacionais	22	-130.938.550,24	-97.127.294,85
Dispêndios Extraorçamentários		-252.670,57	-417.784,81
Transferências Financeiras Concedidas		-130.228.318,76	-96.709.510,04
Valores Compensados		-457.560,91	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-28.586.861,18	-20.180.222,15
DESEMBOLSOS		-28.586.861,18	-20.180.222,15
Aquisição de Ativo Não Circulante		-28.469.594,18	-15.869.084,47
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-117.267,00	-4.311.137,68
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		9.124.868,98	11.393.347,04
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		59.276.536,92	47.883.189,88
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		68.401.405,90	59.276.536,92

04. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	NE	RESERVAS DE REAVLIAÇÃO	SUPERAVIT/DEFICIT DO EXERCÍCIO	SUPERAVIT/DEFICIT DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	TOTAL
Saldo Inicial do Ex. Anterior - 2022		-	-	312.250.076,35	-	312.250.076,35
Resultado do Exercício		-	61.656.884,61	-	-	61.656.884,61
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	(96.169.460,80)	(96.169.460,80)
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	-	-	-
Saldo Final do Ex. Anterior / Saldo Inicial do Ex. Atual		-	61.656.884,61	312.250.076,35	(96.169.460,80)	277.737.500,16
Ajustes de Saldos Iniciais - Resultado do Exercício		-	(61.656.884,61)	61.656.884,61	-	-
Ajustes de Saldos Iniciais - Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	(96.169.460,80)	96.169.460,80	-
Ajustes de Saldos Iniciais - Reserva de Reavaliação	13	288.323,40	-	(288.323,40)	-	-
Resultado do Exercício		-	45.909.057,28	-	-	45.909.057,28
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	(2.927.972,43)	(2.927.972,43)
Constituição/Reversão de Reservas	13	53.392.397,27	-	-	-	53.392.397,27
Saldo Final do Ex. Atual - 2023		53.680.720,67	45.909.057,28	277.449.176,76	(2.927.972,43)	374.110.982,28

05. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - UO 15105

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	20	34.595.830,00	34.595.830,00	34.619.534,20	23.704,20
Receita Patrimonial		34.595.830,00	34.595.830,00	34.487.150,99	-108.679,01
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		425.535,00	425.535,00	316.855,99	-108.679,01
Cessão de Direitos		34.170.295,00	34.170.295,00	34.170.295,00	-
Outras Receitas Correntes		-	-	132.383,21	132.383,21
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		-	-	132.383,21	132.383,21
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		34.595.830,00	34.595.830,00	34.619.534,20	23.704,20
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO		34.595.830,00	34.595.830,00	34.619.534,20	23.704,20
DEFICIT				1.953.407.239,60	1.953.407.239,60
TOTAL		34.595.830,00	34.595.830,00	1.988.026.773,80	1.953.430.943,80
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS			-	126.421.501,00	-
Superavit Financeiro		-	-	-	-
Excesso de Arrecadação		-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	126.421.501,00	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	20	1.868.943.779,00	1.986.910.280,00	1.949.529.989,63	1.936.824.480,10	1.935.623.739,06	37.380.290,37
Pessoal e Encargos Sociais		1.640.608.972,00	1.753.150.362,00	1.715.832.011,95	1.711.764.725,19	1.711.688.821,78	37.318.350,05
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		228.334.807,00	233.759.918,00	233.697.977,68	225.059.754,91	223.934.917,28	61.940,32
DESPESAS DE CAPITAL		30.059.785,00	38.514.785,00	38.496.784,17	20.654.380,55	20.647.042,01	18.000,83
Investimentos		30.059.785,00	38.514.785,00	38.496.784,17	20.654.380,55	20.647.042,01	18.000,83
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS		1.899.003.564,00	2.025.425.065,00	1.988.026.773,80	1.957.478.860,65	1.956.270.781,07	37.398.291,20
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO		1.899.003.564,00	2.025.425.065,00	1.988.026.773,80	1.957.478.860,65	1.956.270.781,07	37.398.291,20
TOTAL		1.899.003.564,00	2.025.425.065,00	1.988.026.773,80	1.957.478.860,65	1.956.270.781,07	37.398.291,20

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.150.197,36	8.689.657,10	6.668.917,05	6.668.560,65	3.556.443,75	614.850,06
Pessoal e Encargos Sociais	-	717.986,28	86.333,41	86.333,41	631.652,87	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.150.197,36	7.971.670,82	6.582.583,64	6.582.227,24	2.924.790,88	614.850,06
DESPESAS DE CAPITAL	1.427.869,38	11.046.942,90	7.939.819,17	7.939.819,17	216.098,15	4.318.894,96
Investimentos	1.427.869,38	11.046.942,90	7.939.819,17	7.939.819,17	216.098,15	4.318.894,96
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	3.578.066,74	19.736.600,00	14.608.736,22	14.608.379,82	3.772.541,90	4.933.745,02

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	831.171,03	830.671,03	500,00	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	69.572,73	69.572,73	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	761.598,30	761.098,30	500,00	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	831.171,03	830.671,03	500,00	-

06. BALANÇO FINANCEIRO - UG 080014

INGRESSOS			NE	DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022		ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Receitas Orçamentárias	-	-	21	Despesas Orçamentárias	2.214.771.071,68	1.948.340.970,91
Ordinárias	-	-		Ordinárias	1.579.222.577,27	1.337.725.593,28
Vinculadas	-	-		Vinculadas	635.548.494,41	610.615.377,63
Previdência Social (RPPS)	-	-		Seguridade Social (Exceto Previdência)	123.316.540,04	199.428.783,35
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	-	-		Previdência Social (RPPS)	465.539.751,37	383.868.174,00
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	-		Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	-	-
Recursos Extraorçamentários	-	-		Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	46.692.203,00	-
Recursos Não Classificados	-	-		Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	27.318.420,28
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-		Recursos Extraorçamentários	-	-
				Recursos Não Classificados	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	2.218.453.608,66	1.940.223.701,35		Transferências Financeiras Concedidas	130.228.318,76	96.709.510,04
Resultantes da Execução Orçamentária	2.173.061.971,63	1.936.003.970,75		Resultantes da Execução Orçamentária	-	772.715,00
Repasse Recebido	21.900,00	-		Repasse Concedido	-	762.715,00
Sub-repasse Recebido	2.173.040.071,63	1.936.003.970,75		Sub-repasse Devolvido	-	10.000,00
Independentes da Execução Orçamentária	45.391.637,03	4.219.730,60		Independentes da Execução Orçamentária	130.228.318,76	95.936.795,04
Demais Transferências Recebidas	22.683.639,04	2.315.717,18		Transferências Concedidas para Pagamento de RP	76.347,35	556.460,52
Movimentação de Saldos Patrimoniais	22.707.997,99	1.904.013,42		Movimento de Saldos Patrimoniais	130.151.971,41	95.380.334,52
Aporte ao RPPS	-	-		Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-		Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	151.819.933,09	135.804.698,77		Pagamentos Extraorçamentários	16.149.282,33	19.584.572,13
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.208.167,14	827.718,15		Pagamento dos Restos a Pagar Processados	830.671,03	77.084,28
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	30.547.913,15	19.736.600,00	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	14.608.379,82	19.089.703,04	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	226.423,31	350.355,83	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	252.670,57	417.784,81	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	119.837.429,49	114.890.024,79	Outros Pagamentos Extraorçamentários	457.560,91	-	
Arrecadação de Outra Unidade	119.379.868,58	114.881.057,07	Valores Compensados	457.560,91	-	
Demais Recebimentos	457.560,91	8.967,72				
Saldo do Exercício Anterior	59.276.536,92	47.883.189,88	Saldo para o Exercício Seguinte	68.401.405,90	59.276.536,92	
Caixa e Equivalentes de Caixa	59.276.536,92	47.883.189,88	Caixa e Equivalentes de Caixa	68.401.405,90	59.276.536,92	
TOTAL	2.429.550.078,67	2.123.911.590,00	TOTAL	2.429.550.078,67	2.123.911.590,00	

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - Exercício 2023

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Contexto Operacional

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4), pertencente ao Poder Judiciário Federal, é uma pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 02.520.619/0001-52. Possui sede administrativa no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

A Justiça do Trabalho possui competência para conciliar e julgar os conflitos oriundos das relações de trabalho, seja no âmbito individual ou de abrangência coletiva. Os órgãos da Justiça do Trabalho são o Tribunal Superior do Trabalho (3º Grau), os Tribunais Regionais do Trabalho (2º Grau) e as Varas do Trabalho e Postos Avançados (1º Grau).

O primeiro grau da Justiça do Trabalho gaúcha é composto por 132 Varas do Trabalho e 10 Postos Avançados, distribuídos em 65 municípios. Na capital Porto Alegre estão sediadas 30 Varas do Trabalho. O segundo grau possui 11 Turmas Julgadoras e 4 Seções Especializadas.

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região tem como missão realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania. Seus valores institucionais são: ética, acessibilidade, agilidade, transparência, eficiência, inovação, valorização das pessoas, sustentabilidade, efetividade, comprometimento, segurança jurídica, respeito à diversidade e gestão democrática.

A conformidade das atividades do órgão está amparada pela [Lei nº 8.112/1990](#) para a contratação e gestão de servidores e de acordo com o disposto nas Leis nsº [8.666/1993](#), [14.133/2021](#), [10.520/2002](#), na [Lei Complementar nº 123/2006](#) e na legislação complementar vigente sobre a matéria para contratação de fornecedores.

Em relação à administração contábil e financeira, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região observa os preceitos da [Lei nº 4.320/1964](#), da Lei Complementar nº [101/2000](#) (Lei de Responsabilidade Fiscal), do [Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público \(MCASP\)](#), das [Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público \(NBC TSP\)](#) e do [Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal \(SIAFI\)](#), assim como as orientações emanadas da Setorial Contábil da Justiça do Trabalho (Secretaria de Orçamento e Finanças da Justiça do Trabalho (SEOFI/CSJT), a quem compete a supervisão orçamentária e financeira da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus. Na elaboração e execução orçamentária, são observados o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), além dos procedimentos internos definidos pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

2.1. Base de Elaboração

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com as normas contábeis aplicadas ao setor público, as quais compreendem a [Lei nº 4.320/64](#), a [Lei Complementar nº 101/2000](#), as [Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público \(NBC TSP\)](#) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o [Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público \(MCASP - 9ª edição\)](#), o [Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal \(SIAFI\)](#), ambos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e demais normativos vigentes.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras do setor público NBC TSP e o MCASP e são compostas por:

1. Balanço Patrimonial (BP);
2. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
3. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);
5. Balanço Orçamentário (BO);
6. Balanço Financeiro (BF);
7. Notas Explicativas

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das informações constantes no SIAFI e tiveram como escopo as informações no nível de Unidade Gestora (UG) e Unidade Orçamentária (UO) do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (UG 080014 e UO 15105).

2.2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

Os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região obedecem às opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público, conforme apresentado a seguir.

- **Moeda Funcional** - A moeda funcional para o reconhecimento, mensuração e evidenciação das Demonstrações Contábeis é o Real (R\$).
- **Caixa e Equivalentes de Caixa** - Os caixas e equivalentes de caixa são registrados pelo valor de custo histórico.
- **Créditos a Curto Prazo** - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo histórico, acrescidos das atualizações monetárias e juros, quando aplicáveis. Para os créditos a receber de ex-servidores (inscritos na conta 1.1.3.8.1.16.00 - Créditos a Receber de Acerto Financeiro) é constituído também ajuste para perdas, conforme metodologia indicada na [Macrofunção SIAFI nº 020342 - Ajustes para Perdas Estimadas](#).
- **Estoques** - Compreendem os materiais em almoxarifado para suprimento das atividades da entidade e para a prestação de serviços. As entradas nos estoques são registradas pelo valor de custo histórico e as saídas pelo custo médio ponderado, de acordo com a [Macrofunção SIAFI nº](#)

[020319](#). Há, também, a possibilidade de redução dos valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas.

- **Imobilizado** - O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Os bens móveis são registrados pelo valor de aquisição ou pelo valor definido em instrumento de doação, caso sejam obtidos a título gratuito, sendo todos depreciados. Os gastos posteriores à aquisição, quando proporcionam benefícios econômicos futuros, são incorporados ao valor do bem, enquanto que os gastos que não geram benefícios futuros são reconhecidos como variação patrimonial diminutiva. A baixa de bens móveis ocorre pelo valor contábil líquido. Os bens imóveis são registrados pelo valor de construção, sendo, após o reconhecimento inicial, sujeito à depreciação e à reavaliação positiva ou negativa, contabilizando-se aqueles pendentes de registro no Sistema de Patrimônio da União (SPIUnet) na conta contábil “Bens de Uso Especial não registrados no SPIUnet”; os demais bens imóveis estão contabilizados na conta contábil “Bens de Uso Especial”. Os saldos das obras ainda não concluídas permanecem nas contas contábeis “Estudos e Projetos”, “Obras em Andamento” e “Instalações”.
- **Depreciação de Bens Móveis:** A depreciação dos bens móveis é realizada pelo método linear e o valor apurado mensalmente é reconhecido em contas de variação patrimonial diminutiva. A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do bem, o valor residual, o cálculo da depreciação e as taxas utilizadas são aquelas estabelecidas no Manual SIAFI, [Macrofunção nº 020330](#), demonstrado na tabela abaixo:

Descrição	Vida Útil (anos)	Valor Residual
Aparelhos de medição e orientação	15	10%
Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20%
Equipamentos/utensílios médicos,odonto, lab e hosp	15	20%
Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10%
Máquinas e equipamentos energéticos	10	10%
Máquinas e equipamentos gráficos	15	10%
Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	10%
Equipamentos, peças e acessórios p/ automóveis	5	10%
Equipamentos hidráulicos e elétricos	10	10%
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	10	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Aparelhos e utensílios domésticos	10	10%
Máquinas e utensílios de escritório	10	10%
Mobiliário em geral	10	10%
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10%
Obras de arte e peças para exposição *	-	-
Veículos em geral	15	10%
Veículos de tração mecânica	15	10%
Aeronaves **	10	10%
Peças não incorporáveis a imóveis	10	10%

* Obras de arte e peças em exposição - são bens que não sofrem depreciação.

** Aeronaves - a vida útil e o valor residual foram definidos pelo TRT4.

- **Depreciação de Bens Imóveis cadastrados no SPIUnet:** a depreciação de bens imóveis é apurada mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet, conforme parâmetros predefinidos pela Secretaria do Patrimônio da União, segundo a natureza e as características dos bens imóveis.
- **Intangível** - Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. Os bens intangíveis são registrados pelo valor de aquisição e aqueles classificados como de vida útil definida são amortizados pelo período estimado de utilização do bem (definido pela área técnica competente). O método de cálculo dos encargos de amortização utilizado é o método das quotas constantes ou método linear, conforme dispõe a [Macrofunção SIAFI nº 020330](#) – Depreciação, Amortização e Exaustão. Os ativos intangíveis classificados como de vida útil indefinida não são passíveis de amortização, mas são passíveis de teste de recuperabilidade.
- **Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável** - Na reavaliação dos bens móveis a base de mensuração utilizada é o valor justo (mercado) equivalente ao custo de reposição. Na reavaliação dos bens imóveis o valor atualizado é obtido mediante laudo técnico. Os critérios utilizados para reavaliação dos bens móveis e imóveis são os descritos na [Macrofunção SIAFI nº 020335](#) com a orientação de que a reavaliação somente será efetuada se o valor líquido contábil sofrer modificação significativa, levando em consideração a relação custo-benefício e a representatividade dos valores. Quanto ao ativo intangível, caso ele não possa ser reavaliado porque não existe mercado ativo, este é reconhecido pelo custo menos a amortização acumulada e por perda por irrecuperabilidade.
- **Passivos circulantes e não circulantes** - passivo circulante compreende os passivos exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis. Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade. O passivo não circulante compreende os passivos exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis. Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.
- **Ativos e Passivos Contingentes** - Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são contabilizados em contas de controle e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.
- **Apuração do Resultado** - Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:
 - Patrimonial: apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais, confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas. Caso o resultado seja positivo, há superávit patrimonial, e caso contrário, há déficit patrimonial.
 - Orçamentário: apurado no Balanço Orçamentário, confrontando as Receitas Realizadas e as Despesas Empenhadas. Caso o resultado seja positivo, há superávit orçamentário, e, caso contrário, há déficit orçamentário.
 - Financeiro: apurado no Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa. No Balanço Financeiro, confrontam-se os ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, confrontam-se o saldo atual e o saldo anterior da linha Caixa e Equivalentes de Caixa.

3. DETALHAMENTO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1. Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pela conta “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS “ e representa 74,32% do Ativo Circulante. A conta “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS” corresponde ao direito de saque na Conta Única do Tesouro Nacional para fazer frente às despesas realizadas pelos créditos orçamentários definidos na Lei Orçamentária Anual. Em Demais Contas - CEF foram contabilizados os valores recebidos pela rede de agências da Caixa Econômica Federal, relativos aos depósitos de caução em garantia dos contratos administrativos, ao longo do exercício de 2023, os depósitos em caução foram liberados em razão do término dos respectivos contratos.

Quadro 1 - Detalhamento de saldo - Caixa e Equivalentes de Caixa

CONTA CONTÁBIL	2023	2022	AH
1.1.1.1.1.19.03 - DEMAIS CONTAS – CEF	0,00	23.060,01	-100,00%
1.1.1.1.2.20.01 - LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGTO – OFSS	68.401.405,90	59.253.476,91	15,44%
TOTAL	68.401.405,90	59.276.536,92	15,39%

Fonte: SIAFI 2023

O Quadro 2 demonstra a divisão e a evolução da conta limite de saque, considerando a alteração da fonte de recursos ocorrida no exercício de 2023:

Quadro 2 - Detalhamento de saldo - Limite de saque com vinculação de pagamento – por fonte de recursos

FONTE RECURSOS	2023	AV	2022	AV	AH
000 - Recursos Livres da União	31.721.895,75	46,38%	31.982.100,68	53,98%	-0,81%
001 - Recursos Livres da Seguridade Social	446.006,49	0,65%	1.372.903,95	2,32%	-67,51%
027 - Serv.Afetos às Ativid.Específicas da Justiça	434.307,44	0,63%	1.500.867,73	2,53%	-71,06%
050 - Recursos Próprios Livres da UO	4.091.117,03	5,98%	4.067.412,83	6,86%	0,58%
056 - Benefícios do RPPS da União	0,00	0,00%	1.772,48	0,00%	-100,00%
081 - Convênios	12.376.682,50	18,09%	13.291.236,50	22,43%	-6,88%
138 - Melhoria da Prestação Jurisdicional	19.328.724,77	28,26%	7.031.323,57	11,87%	174,89%
491 - Recursos Diversos	2.671,92	0,00%	5.859,17	0,01%	-54,40%
TOTAL	68.401.405,90	100,00%	59.253.476,91	100,00%	15,44%

Fonte: SIAFI 2023

3.2. Nota 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreende os valores a receber decorrentes de adiantamentos concedidos (salário e auxílio alimentação), infrações administrativas e contratuais (créditos de fornecedores encaminhados à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN para inscrição em dívida ativa), de cessão de áreas públicas (valores não recebidos no prazo de pagamento), acerto financeiro com servidores e ex-servidores e adiantamentos de recursos financeiros decorrentes de transferências formalizadas por meio de termo de execução descentralizada - TED.

Quadro 3 - Detalhamento de saldo - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

CONTA CONTÁBIL	2023	2022	AH
1.1.3.1.1.01.01 13 SALÁRIO - ADIANTAMENTO	13.850.344,37	6.457.129,26	114,50%
1.1.3.1.1.01.05 SALÁRIOS E ORDENADOS - PGTO ANTECIPADO	2.211.261,80	1.689.834,63	30,86%
1.1.3.1.1.01.07 ADIANTAMENTO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	4.098.468,02	3.093.486,03	32,49%
1.1.3.8.1.05.00 CRÉDITOS A RECEBER POR PGTO EM DUPLICIDADE	457.560,91	0,00	
1.1.3.8.1.07.00 CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE INFRAÇÕES LEGAIS E CONTRATUAIS	475.162,70	404.555,59	17,45%
1.1.3.8.1.13.00 CRÉDITOS A RECEBER POR CESSÃO DE ÁREAS PÚBLICAS	54.816,94	0,00	
1.1.3.8.1.16.00 CRÉDITOS A RECEBER DE ACERTO FINANCEIRO COM SERVIDORES E EX-SERVIDORES	31.530,96	32.506,39	-3,00%
1.1.3.8.2.38.00 ADIANTAMENTO - TERMO EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA	762.715,00	762.715,00	0,00%
TOTAL	21.941.860,70	12.440.226,90	76,38%

Fonte: SIAFI 2023

O saldo das contas de adiantamento de salários e adiantamento de 13º salário corresponde ao pagamento antecipado a todos os servidores e magistrados que solicitaram férias a serem usufruídas no período de janeiro/2024. No exercício de 2022, a antecipação do 13º salário de 2023 só foi realizada àqueles que solicitaram. O saldo constante na conta de adiantamento de auxílio alimentação corresponde aos valores do mês de janeiro de 2024, pagos antecipadamente em dezembro de 2023.

Na conta 1.1.3.8.1.05.00 - Créditos a Receber por Pagamento em Duplicidade foi registrado o valor de R\$ 457.560,91 a ser ressarcido referente ao pagamento a maior à empresa prestadora de serviços que foi beneficiada pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da [Lei 12.546/2011](#) e pelo art. 2º do [Decreto 7.828/2012](#) (vide Item 4.1 - Ativos contingentes).

Na conta 1.1.3.8.1.07.00 - Créditos a Receber Decorrentes de Infrações são registrados os créditos de fornecedores encaminhados à PGFN para inscrição em dívida ativa. Os créditos são decorrentes de multas administrativas aplicadas aos fornecedores que descumpriram cláusulas contratuais, sendo, portanto, classificados como dívida ativa não tributária. Após a inscrição em dívida ativa, pela PGFN, os créditos são baixados do ativo do TRT. No exercício de 2023, foi inscrito em dívida ativa o valor de R\$ 77.977,57.

Na conta 1.1.3.8.1.13.00 - Créditos a Receber por Cessão de Áreas Públicas, estão registrados os valores dos contratos de cessão de áreas públicas que não foram recebidos no prazo previsto.

O valor contabilizado na conta 1.1.3.8.2.38.00 - Adiantamento - Termo de Execução Descentralizada corresponde ao adiantamento de recursos financeiros em favor do Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia, com o qual o TRT firmou contrato para o desenvolvimento, implantação e manutenção de um Repositório Arquivístico Digital Confiável - RDC-Arq., mantendo-se o mesmo valor do exercício de 2022.

3.3. Nota 3 – Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo

Desde o exercício de 2020, o TRT4 reconhece um ajuste para perdas estimadas com créditos a receber de ex-servidores (inscritos na conta 1.1.3.8.1.16.00 - Créditos a Receber de Acerto Financeiro com Servidor ou Ex-servidor), uma vez que estes apresentam significativa probabilidade de não realização.

Para o cálculo do ajuste para perdas estimadas, é utilizada a metodologia indicada na [Macrofunção SIAFI nº 020342](#) - Ajustes para Perdas Estimadas. Nesta metodologia, a perda estimada é calculada aplicando-se o quociente médio de recebimento sobre o saldo atualizado da conta de valores a receber e

subtraindo-se este resultado do saldo atualizado da conta valores a receber. Em termos matemáticos: Saldo atualizado da conta de valores a receber (R\$18.530,97) / (quociente médio de recebimentos (R\$6.819,58) = % quociente sucesso em 36,80% e estimado para ajuste de perda em 63,20% (R\$18.530,97 x 63,20%) = R\$11.711,39 saldo atualizado da conta ajuste para perdas estimadas com débitos de ex-servidores.

3.4. Nota 4 – Estoques

O saldo demonstrado no grupo de estoques/almojarifado compreende o somatório dos materiais adquiridos pelo TRT4, com o objetivo de utilização no curso normal de suas atividades operacionais e administrativas, composto de materiais de expediente, materiais de TIC (teclado, mouse, pen drive), materiais de higiene, limpeza e conservação, entre outros.

Quadro 4 - Detalhamento de saldo - Almojarifado

DESCRIÇÃO	2023	2022	AV	AH
Material de consumo de TIC	370.386,53	358.402,96	46,81%	3,34%
Material elétrico e eletrônico	190.611,14	296.706,26	24,09%	-35,76%
Material de expediente	104.859,03	162.408,16	13,25%	-35,43%
Material de sinalização visual e outros	30.099,38	21.065,80	3,80%	42,88%
Material para manut. de bens imóveis/instalações	21.447,40	65.922,98	2,71%	-67,47%
Material de limpeza e prod. de higienização	16.556,85	38.313,60	2,09%	-56,79%
Material de acondicionamento e embalagem	12.932,74	18.120,78	1,63%	-28,63%
Gêneros de alimentação	11.671,91	8.974,36	1,48%	30,06%
Material de copa e cozinha	9.609,57	2.257,15	1,21%	325,74%
Material para manutenção de bens móveis	8.772,77	15.608,50	1,11%	-43,79%
Bandeiras, flâmulas e insígnias	8.304,47	11.992,43	1,05%	-30,75%
Material para áudio, vídeo e foto	2.451,75	2.451,75	0,31%	0,00%
Material para comunicações	1.973,85	4.926,44	0,25%	-59,93%
Material para utilização em gráfica	1.049,85	1.049,85	0,13%	0,00%
Material de proteção e segurança	501,63	10.490,18	0,06%	-95,22%
TOTAL	791.228,87	1.253.824,93	100,00%	-36,89%

Fonte: SIAFI 2023

A maioria dos materiais teve redução dos saldos, pela menor aquisição em decorrência da diminuição de demanda. Ocorreu, ainda, diminuição em razão da baixa de R\$359.937,87 por perdas reconhecidas (doação/inutilização). Além disso, no exercício de 2023, realizou-se o projeto intitulado Almojarifado Sustentável que teve como objetivo principal racionalizar os itens de catálogo de materiais de almojarifado do Tribunal. A administração de materiais de consumo tem como diretriz a [Portaria TRT4 nº 3244/2021](#).

3.5. Nota 5 – Ajuste de Perdas em Estoques

No exercício de 2023, foi reconhecido o montante de R\$ 83.088,50 de ajuste para perdas de estoque, em conformidade com a [Macrofunção SIAFI nº 020342](#). Como parâmetro para realização do lançamento, foi utilizado o valor dos materiais que têm potencial de ficarem obsoletos em razão do longo período (superior a 12 meses) em estoque e sem utilização.

3.6. Nota 6 – Ativo Realizável a Longo Prazo

Os créditos a longo prazo correspondem ao adiantamento de contribuições futuras para a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário - FUNPRESP-JUD, os quais são atualizados mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Quadro 5 - Detalhamento de saldo - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

CONTA CONTÁBIL	2023	2022	AH
1.2.1.2.1.98.26 ADIANTAMENTO DE CONTRIB FUTURAS	1.125.594,60	1.075.235,57	4,68%

Fonte: SIAFI 2023

A FUNPRESP-JUD devolveu, em dezembro de 2023, parcela devidamente corrigida do aporte de recursos inicial ocorrido em 2013. O valor da devolução - R\$ 118.135,05 - no entanto, não foi baixado, tempestivamente, da conta de créditos a receber (conta 1.2.1.2.1.98.26 - Adiantamento de Contrib. Futuras), sendo o lançamento realizado em janeiro/2024.

3.7. Nota 7 – Imobilizado - Bens Móveis

O ativo imobilizado do TRT4, ao final do exercício de 2023, correspondeu a 78,19% do ativo total, sendo 13,58% de bens móveis e 64,60% de bens imóveis.

Os bens móveis totalizaram, em 31/12/2023, um saldo contábil bruto de R\$ 150.484.453,84, distribuídos nas contas apresentadas no Quadro 6:

Quadro 6 - Detalhamento de saldo - Bens Móveis

BENS MÓVEIS	2023	AV	2022	AV	AH
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	6.705.162,72	4,46%	6.158.189,36	4,62%	8,88%
Bens de Informática	85.983.628,53	57,14%	77.332.541,60	58,05%	11,19%
Móveis e Utensílios	34.217.192,63	22,74%	33.232.372,63	24,95%	2,96%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	3.869.204,12	2,57%	1.287.752,87	0,97%	200,46%
Veículos	5.735.389,91	3,81%	5.027.536,22	3,77%	14,08%
Bens Móveis em Almoxarifado (Estoque)	12.323.417,19	8,19%	8.719.102,72	6,54%	41,34%
Demais Bens Móveis	1.650.458,74	1,10%	1.464.296,25	1,10%	12,71%
Valor Bruto Contábil dos Bens	150.484.453,84	100,00%	133.221.791,65	100,00%	12,96%
(-) Depreciação Acumulada	-85.576.147,78	56,87%	-80.202.464,98	-60,20%	6,70%
Valor Contábil Líquido	64.908.306,06	43,13%	53.019.326,67	39,80%	22,42%

Fonte: SIAFI 2023

No exercício de 2023 foi realizado o inventário físico dos bens móveis de acordo com os termos da [Portaria TRT4 nº 3.244/2021](#), que estabelece as normas gerais sobre administração de materiais de consumo e de bens permanentes.

Na composição do valor dos Demais Bens Móveis, o valor de R\$ 96.312,10 é referente aos bens móveis não localizados, registrados no SIAFI na conta 1.2.3.1.1.99.07 (Bens Não Localizados) pelo valor líquido contábil, conforme item 20.1 da [Macrofunção SIAFI nº 020330](#), sendo que no Sistema de Patrimônio e no Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB), por limitação do sistema, constam pelo valor bruto contábil.

Ao longo do exercício de 2023 foram adquiridos novos equipamentos de som e imagem para a modernização do sistema de áudio e vídeo do Plenário Milton Varela Dutra, situado no Complexo prédio-sede do TRT4. Também foram adquiridas mesas de som e microfones direcionais para instalação

nas salas de audiências, a fim de melhorar a qualidade do áudio gerado. Tais aquisições ocasionaram significativo aumento na conta de bens móveis 1.2.3.1.1.04.05 - Equipamentos para áudio, vídeo e foto.

O Quadro 7 apresenta o grau de depreciação dos bens móveis:

Quadro 7 - Grau de Depreciação - Bens Móveis

BENS MÓVEIS	Valor Contábil Bruto	Depreciação Acumulada	% Depreciação
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	7.620.963,84	2.965.664,41	38,91%
Bens de Informática	94.835.445,64	57.731.728,86	60,88%
Móveis e Utensílios	36.770.693,62	22.725.238,34	61,80%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	3.954.779,87	607.827,24	15,37%
Veículos	5.744.276,23	1.313.295,05	22,86%
Demais Bens Móveis	1.558.294,64	232.393,88	14,91%
Total Bens Móveis	150.484.453,84	85.576.147,78	56,87%

Fonte: SIAFI 2023

3.8. Nota 8 – Imobilizado - Bens Imóveis

No Quadro 8 é apresentada a composição do subgrupo Bens Imóveis, nos exercícios de 2023 e de 2022:

Quadro 8 - Detalhamento de saldo - Bens Imóveis

BENS IMÓVEIS	2023	AV	2022	AV	AH
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet	303.759.119,52	98,28%	254.161.109,23	98,89%	19,51%
Bens Imóveis em Andamento	648.155,80	0,21%	7.367,25	0,00%	8697,80%
Instalações	4.666.510,35	1,51%	2.842.805,34	1,11%	64,15%
Saldo Contábil Bruto	309.073.785,67	100,00%	257.011.281,82	100,00%	20,26%
(-) Depreciação/Amortização Acumulada - Bens Imóveis	-344.766,93	-0,11%	-529.007,64	-0,21%	-34,83%
Saldo Contábil Líquido	308.729.018,74	99,89%	256.482.274,18	99,79%	20,37%

Fonte: SIAFI 2023

A composição dos Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet está detalhada no Quadro 9:

Quadro 9 - Detalhamento de saldo - Bens de Uso Especial

BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUnet	SIAFI	SPIUnet	
		Terreno	Benfeitoria
1.2.3.2.1.01.02 EDIFÍCIOS	282.189.131,23	107.149.523,44	175.039.607,79
1.2.3.2.1.01.03 TERRENOS/GLEBAS	21.569.988,29		
1.2.3.2.1.01.22 ESTACIONAMENTOS E GARAGENS			
TOTAL	303.759.119,52	107.149.523,44	175.039.607,79

Fonte: SIAFI 2023 e SPIUnet

No SIAFI, conforme demonstrado no Quadro 9, o saldo da conta 1.2.3.2.1.01.02 - Edifícios é composto pela soma do valor dos terrenos e das benfeitorias (edificações) dos imóveis. Esse valor é repassado de forma automática pelo SPIUnet. No exercício de 2023 ocorreu uma mudança de classificação

de um imóvel, no valor de R\$ 333.000,00, antes contabilizado na conta 1.2.3.2.1.01.22 Estacionamentos e Garagens para a conta 1.2.3.1.01.03 Terrenos/Glebas.

No exercício, ocorreram reavaliações em trinta e três dos cinquenta e um edifícios, de propriedade da União e utilizados pelo TRT4, sendo que vinte e três sofreram alteração positiva de valor e dez negativas. Quanto aos terrenos, somente um foi reavaliado, dos nove, e teve alteração positiva de valor. O valor total das reavaliações positivas, no exercício, totalizaram R\$52.994.937,36, e, negativas, totalizaram R\$ 3.396.927,07..

Os valores em Bens Imóveis em Andamento (Obras em Andamento), conta 1.2.3.2.1.06.00, referem-se às despesas com a obra de construção do prédio do Foro Trabalhista de Rio Grande, e com a ampliação do Foro Trabalhista de São Leopoldo.

O valor constante em Instalações, conta 1.2.3.2.1.07.00 - Instalações, se refere à instalação de sistemas de microgeração de energia solar fotovoltaica nas seguintes unidades do TRT4: Alegrete, Arroio Grande, Bagé, Cachoeira do Sul, Camaquã, Canoas, Estância Velha, Estrela, Gravataí, Lagoa Vermelha, Lajeado, Pelotas, Santa Maria, Santo Ângelo, São Borja, Taquara, Triunfo, Uruguaiana e Vacaria, não concluídas.

A depreciação dos bens imóveis incide apenas sobre o valor das benfeitorias (edifícios e instalações) e é registrada no SIAFI pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com base nas informações repassadas pela Secretaria do Patrimônio da União e conforme previsto na [Portaria Conjunta STN/SPU no 10, de 4 de julho de 2023](#).

No final do exercício de 2023 não foi possível realizar a conciliação contábil dos valores de depreciação de imóveis registrados no SIAFI, referente às competências novembro/2023 e dezembro/2023, por não estar disponível [no sítio da Secretaria do Patrimônio da União](#) o arquivo contendo os valores de depreciação dos imóveis do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União - SPIUnet.

3.9. Nota 9 – Intangível

No TRT4 os bens intangíveis são compostos exclusivamente por softwares, que estão assim classificados:

Quadro 10 - Detalhamento de saldo - Ativos Intangíveis

INTANGÍVEL	2023	AV	2022	AV	AH
Softwares com Vida Útil Definida	9.676.928,26	54,31%	8.669.058,94	48,48%	11,63%
Softwares com Vida Útil Indefinida	8.141.609,21	45,69%	9.213.947,05	51,52%	-11,64%
Valor Contábil Bruto	17.818.537,47	100,00%	17.883.005,99	100,00%	-0,36%
(-) Redução ao Valor Recuperável	-773.915,02	-4,34%	0,00	0,00%	
(-) Amortização Acumulada	-6.483.226,17	-36,38%	-4.453.030,98	-24,90%	45,59%
Valor Contábil Líquido	10.561.396,28	59,27%	13.429.975,01	75,10%	-21,36%

Fonte: SIAFI 2023

O cálculo da amortização dos ativos intangíveis é realizado através de planilhas manuais, pois, apesar desses ativos serem registrados no sistema de controle patrimonial, tal sistema não possui a funcionalidade de cálculo da amortização. É aguardada a implantação de um sistema, ou melhoria no sistema atual, que tenha a funcionalidade de cálculo da amortização para subsidiar os devidos lançamentos no SIAFI e para o melhor controle das informações.

No exercício, foi realizado teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis de vida útil indefinida adquiridos por este Tribunal levando a uma diminuição do ativo em R\$ 773.915,02.

No Anexo 1, consta a relação dos ativos intangíveis (softwares) significativos utilizados por este Tribunal, desenvolvidos internamente ou por outro órgão da Justiça do Trabalho, que não são reconhecidos como ativos por não atenderem os critérios de reconhecimento, conforme orientações da Secretaria de Orçamento e Finanças do CSJT por meio da Nota Técnica Seofi/CSJT nº 1/2022.

3.10. Nota 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Curto Prazo

Conforme observa-se no Quadro 11, no curto prazo, as obrigações trabalhistas correspondem às férias a pagar, licença-prêmio, e ao provisionamento dos encargos patronais (INSS, PSSS e Funpresp), incidentes sobre a folha de férias.

Quadro 11 - Detalhamento - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar - Curto Prazo e Longo Prazo

	2023	AV	2022	AV	AH
2.1.1.1.1.01.03 FÉRIAS A PAGAR	33.382.222,01	50,34%	71.657.240,59	59,70%	-53,41%
2.1.1.1.1.01.04 LICENÇA-PREMIO	15.353.635,33	23,15%	0,00	0,00%	
2.1.1.1.1.03.00 PRECATÓRIOS DE PESSOAL	0,00	0,00%	0,53	0,00%	-100,00%
2.1.1.1.1.04.00 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR	0,00	0,00%	41.687.882,94	34,73%	-100,00%
2.1.1.4.1.03.02 CONTRIBUICAO A ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	2.206.649,88	3,33%	1.785.823,01	1,49%	23,56%
2.1.1.4.2.01.01 INSS-CONTRIB.S/SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES -INTRA	312.064,96	0,47%	249.975,56	0,21%	24,84%
2.1.1.4.2.01.03 INSS-CONTRIB.S/ SERVICOS DE TERCEIROS -INTRA	548.532,89	0,83%	404.611,37	0,34%	35,57%
2.1.1.4.2.13.00 PSSS-CONTRIB.S/VENCIMENTOS E VANTAGENS -INTRA	14.492.514,08	21,86%	4.221.011,04	3,52%	243,34%
2.1.1.4.2.98.00 OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS	16.137,79	0,02%	17.170,02	0,01%	-6,01%
TOTAL	66.311.756,94	100,00%	120.023.715,06	100,00%	-44,75%

Fonte: SIAFI 2023

Não foi possível realizar a conciliação dos valores registrados na conta contábil 2.1.1.1.1.01.03 - Férias a Pagar em razão da não disponibilização de relatório com as informações necessárias pelo novo sistema, Folha Web - JT, utilizado por este Tribunal. A variação da conta 2.1.1.1.1.01.03 Férias a Pagar foi significativa em razão da realização baixa de valor referente ao pagamento de indenização de férias não gozadas por ocasião de aposentadorias no exercício e de exercícios anteriores.

No exercício de 2023 foi registrado na conta 2.1.1.1.1.01.04 - Licença-Prêmio o valor correspondente à Licença-Prêmio por Assiduidade não fruída com potencial de ser indenizada, referente a integralização de períodos trabalhados até 15/10/1996.

Os passivos são contabilizados e pagos de acordo com a regulamentação em vigor. Atualmente, a contabilização segue as orientações contidas na [Nota Técnica SEOFI/CSJT nº 1/2019](#), atualizada em junho de 2021. A classificação do passivo entre circulante e não circulante não depende da expectativa do pagamento, mas do prazo para exigibilidade da obrigação. Dessa forma, os passivos trabalhistas exigíveis da Justiça do Trabalho estão contabilizados no curto prazo, independente da disponibilidade orçamentária.

Em 2023, considerando a disponibilidade orçamentária e financeira, e com a autorização e cumprindo as determinações do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, foi realizada a quitação dos passivos trabalhistas aptos para o pagamento, no valor de R\$ 13.727.002,13, contabilizados na conta 2.1.1.1.1.04.00 Obrigações Trabalhistas a Pagar. Em adequação à [Nota Técnica SEOFI/CSJT nº 1/2019](#), bem como ao novo sistema utilizado, Módulo de Gestão de Passivos, ferramenta para cálculo do

pagamento de passivos em toda a Justiça do Trabalho, aqueles considerados não aptos ao pagamento foram transferidos para a conta 2.1.7.1.1.01.00 - Provisão para Indenizações Trabalhistas (vide Nota 11 – Provisões a Curto Prazo). Todavia, os encargos referentes às provisões mantêm-se contabilizados na conta 2.1.1.42.98.00 - Outros Encargos Sociais - Intra OF, conforme detalhamento do quadro 12.

Quadro 12 - Detalhamento de Encargos das Provisões

Outros Encargos Sociais - Intra OF	VALOR
DIFPRP - DIFERENÇA PROVENTOS E PENSÕES - CLASSISTAS	7.406,45
PAEAUX - AUXÍLIO MORADIA - CLASSISTA	7.740,46
PAEAUX - AUXÍLIO MORADIA - MAGISTRADO	956,45
PPLACA - PLANO DE CARREIRA - SERVIDOR	34,43
TOTAL	16.137,79

Fonte: SIAFI 2023

3.11. Nota 11 - Provisões a Curto Prazo

Em adequação à [Nota Técnica SEOFI/CSJT nº 1/2019](#), e a partir da implantação de novo sistema, Módulo de Gestão de Passivos, os valores até então contabilizados na conta 2.1.1.1.1.04.00 - Obrigações Trabalhistas a Pagar, considerados não aptos ao pagamento, foram transferidos para a conta 2.1.7.1.1.01.00 - Provisão para Indenizações Trabalhistas.

O Quadro 13 apresenta os valores contabilizados na conta 2.1.7.1.1.01.00 - Provisão para Indenizações Trabalhistas.

Quadro 13 - Detalhamento de Provisões Trabalhistas

PROVISÃO	VALOR
DIFPRP- DIFERENÇA DE PROVENTOS E PENSÕES-CLASSISTAS	125.511,76
PAEAUX - AUXÍLIO MORADIA - CLASSISTA	9.976.308,990
ABPERM- ABONO PERMANÊNCIA - MAGISTRADO	127.949,82
PAEAUX - AUXÍLIO MORADIA - MAGISTRADO	26.107.720,47
ABPERM - ABONO PERMANÊNCIA - SERVIDOR	329.391,26
ADCPIN- ADICIONAL PERICULOSIDADE, INSALUBRIDADE.E NOTURNO	2.380,41
LICPIN - LICENÇA PRÊMIO INDENIZADA - SERVIDOR	25.294,88
PPLACA - PLANO DE CARREIRA-SERVIDOR	3.458,68
TOTAL	36.698.016,27

Fonte: SIAFI 2023

3.12. Nota 12 - Demais Reservas

O valor constante na conta Demais Reservas corresponde ao valor contabilizado na conta “Reavaliação de Bens Imóveis”, em decorrência da reavaliação a maior de bens imóveis realizada no exercício de 2023. Nos exercícios anteriores, o valor era contabilizado em conta de resultado (vide Nota 13 - Resultados Acumulados).

3.13. Nota 13 - Resultados Acumulados

Os Resultados Acumulados são constituídos por resultado do exercício, resultado de exercícios anteriores e ajustes de exercícios anteriores.

Quadro 14 - Detalhamento de saldo - Patrimônio Líquido

CONTA CONTÁBIL	2023	2022
Resultados Acumulados	320.430.261,61	277.737.500,16
Resultado do Exercício	45.909.057,28	61.656.884,61
Resultados de Exercícios Anteriores	277.449.176,76	312.250.076,35
Ajustes de Exercícios Anteriores	-2.927.972,43	-96.169.460,80

Fonte: SIAFI 2023

A apuração do resultado patrimonial do exercício implica confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

No exercício de 2023, o valor constante em Resultados de Exercícios Anteriores (R\$ 277.449.176,76) não corresponde ao valor dos Resultados Acumulados do exercício de 2022 (R\$ 277.737.500,16). A diferença de R\$ 288.323,40 corresponde ao valor de reavaliação do terreno onde está instalada a Vara do Trabalho de Santo Ângelo. Tal reavaliação, que alterou positivamente o valor do terreno, foi realizada no exercício de 2022 e, na época, foi contabilizada de forma automática, pelo Spiunet, na VPA de Reavaliação de Ativos. No entanto, ao final do exercício de 2023 esse valor foi transferido da conta de Resultados Acumulados para a conta de Reserva de Reavaliação.

A contabilização incorreta de reavaliação de bens imóveis, realizada de forma automática pelo Spiunet, em exercício anteriores, gera inconsistências contábeis, no valor estimado de R\$ 95.153.659,26, na conta 2.3.6.1.1.02.00 – Reserva de Reavaliação de Imóveis (Demais Reservas) e na conta 2.3.7.1.1.02.01 – Superávit ou Déficit de Exercícios (Resultado de Exercícios Anteriores).

Os Ajustes de Exercícios Anteriores indicam lançamentos decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercícios anteriores e que não possam ser imputados a fatos subsequentes. Os valores contabilizados no exercício de 2023 na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores são decorrentes de diversos lançamentos, conforme o quadro 15.

Quadro 15 - Detalhamento de saldo - Ajustes de Exercícios Anteriores

LANÇAMENTOS PATRIMONIAIS	Valor
Ajuste de amortização	-237.597,29
Ajuste de depreciação	-615,97
Apropriação de passivos de pessoal	-802.098,74
Baixa de bens móveis	-4.273,74
Baixa de passivos de pessoal	56.514,71
Pagamento de despesas de exercícios anteriores - custeio	-1.375.892,91
Pagamento de despesas de exercícios anteriores - honorários periciais	-558.065,92
Pagamento de despesas de exercícios anteriores - diárias	-5.942,84
TOTAL	-2.927.972,70

Fonte: SIAFI 2023

3.13. Nota 14 – Atos Potenciais Passivos

Os atos potenciais passivos compreendem os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente, tais como as obrigações contratuais a executar.

O valor de R\$ 788.325,00, constante em Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres, corresponde ao saldo de obrigação de descentralização orçamentária em favor do Instituto

Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia, com o qual o TRT4 firmou contrato para o desenvolvimento, implantação e manutenção de um Repositório Arquivístico Digital Confiável - RDC-Arq, mantendo o mesmo valor do exercício de 2022 (vide Nota 2 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo).

Em 31/12/2023, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região possuía um saldo de R\$ 364.736.731,34 relacionado a obrigações contratuais, referente a parcelas de contratos que serão executadas durante sua vigência. O quadro 16 apresenta as obrigações segregadas por natureza dos contratos:

Quadro 16 - Detalhamento de saldo - Obrigações Contratuais - Composição

CONTA CONTÁBIL	2023	2022	AH
8.1.2.3.1.02.01 - Serviços	354.513.183,68	247.549.680,01	43,21%
8.1.2.3.1.03.01 - Aluguéis	6.308.971,30	6.386.569,85	-1,22%
8.1.2.3.1.04.01 - Fornecimento de Bens	3.914.576,36	6.415.662,70	-38,98%
TOTAL	364.736.731,34	260.351.912,56	40,09%

Fonte: SIAFI 2023

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam cerca de 97,20% do total das obrigações assumidas pelo Órgão ao final do exercício e tiveram um acréscimo de 43,21% em relação aos valores contratados em dezembro de 2022. Nesse aumento, destaca-se o Termo Aditivo Segundo ao Contrato da Unimed, o qual prorrogou a vigência contratual do serviço de Assistência à Saúde por 30 meses, impactando significativamente o aumento da conta de Serviços.

No quadro 17 estão relacionados os contratados mais significativos:

Quadro 17 - Detalhamento de saldo - Obrigações Contratuais - Pelo contratado

CONTRATADO		SALDO	AV
CNPJ	NOME		
87096616000196	UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MÉDICA LTDA	228.751.070,38	62,72%
08467115000100	COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	23.514.822,92	6,45%
21001742000101	EVEREST ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA	20.845.353,72	5,72%
24342072000185	MLOBATO ENG LTDA	15.899.990,35	4,36%
08282615000402	INTERSEPT SEGURANCA LTDA	9.709.117,72	2,66%
90347840005187	TK ELEVADORES BRASIL LTDA	6.173.664,98	1,69%
00856424000152	INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA	5.423.763,98	1,49%
19152814000170	NACIONAL SERVICOS INTEGRADOS	5.111.268,18	1,40%
07756651000155	BRASIL TECPAR SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.	4.338.092,89	1,19%
34028316002661	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	3.117.330,64	0,85%
NA	OUTROS	41.852.255,58	11,47%
	TOTAL	364.736.731,34	100,00%

Fonte: SIAFI 2023

A seguir, é apresentado o objeto das principais contratações:

- CNPJ 87096616000196 - UNIMED PORTO ALEGRE - COOPERATIVA MÉDICA LTDA - Contratação de serviços de Assistência à Saúde.
- CNPJ 08467115000100 - COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D: Contratação de fornecimento de energia elétrica.
- CNPJ 21001742000101 - EVEREST ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA: Construção de prédio - Foro Trabalhista de Rio Grande.
- CNPJ 24342072000185 - MLOBATO ENGENHARIA LTDA: Obra de adequação do Complexo Sede do TRT4 às normas de Prevenção e Proteção Contra Incêndio - PPCI.
- CNPJ 08282615000402 - INTERSEPT SEGURANÇA LTDA: Contratação de serviços de vigilância armada para as unidades judiciárias e administrativas do Tribunal.
- CNPJ 90347840005187 - TK ELEVADORES BRASIL LTDA: Manutenção de elevadores e plataformas elevatórias - Prédio sede, interior e região metropolitana.

- CNPJ 00856424000152 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA: Contratação de serviço privado de assistência à saúde odontológica.
- CNPJ 19152814000170 - NACIONAL SERVIÇOS INTEGRADOS LTDA: Contratação de serviço de limpeza.
- CNPJ 07756651000155 - BRASIL TECPAR SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.: Serviço gerenciado de rede de dados de longa distância definida por software.
- CNPJ 34028316002661 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS: Prestação de serviços postais diversos.

3.15. Nota 15 – VPA - Transferências e Delegações Recebidas

As Variações Patrimoniais Aumentativas são compostas principalmente (94,86%) por transferências financeiras recebidas pelo TRT4 relativas à execução orçamentária.

O quadro 18 apresenta o detalhamento das receitas de transferências e delegações recebidas:

Quadro 18 - Receitas com Transferências e Delegações Recebidas

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA		2023	AV	2022	AV	AH
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	Sub-Repasse Recebido	2.173.040.071,63	97,95%	1.936.003.970,75	99,78%	12,24%
	Repasse Recebido	21.900,00	0,00%	0,00	0,00%	
	Demais Transferências Recebidas	22.683.639,04	1,02%	2.315.717,18	0,12%	879,55%
	Movimentações de Saldos Patrimoniais	22.707.997,99	1,02%	1.904.013,42	0,10%	1092,64%
	Movimentações de Var. Patrim. Aumentiva	4.049,05	0,00%	10.547,00	0,00%	-61,61%
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES	Doações/Transferências Recebidas	4.810,43	0,00%	2.087,53	0,00%	130,44%
TOTAL		2.218.462.468,14	100,00%	1.940.236.335,88	100,00%	14,34%

Fonte: SIAFI 2023

O repasse recebido no valor de R\$ 21.900,00 diz respeito a recursos financeiros recebidos de outro órgão público referentes à participação nas despesas do evento III Fest Labs - Encontro Nacional dos Laboratórios de Inovação do Poder Judiciário.

Em Demais Transferências Recebidas, no exercício, em razão de decisões judiciais, ocorreu um incremento de 879,55% no recebimento de recursos financeiros para realizar a restituição de valores em processos judiciais. Impactando, também, em Movimentação de Saldos Patrimoniais.

A partir do exercício de 2022, os recursos financeiros repassados pelo CSJT, oriundos de contratos com instituições financeiras para captação e manutenção dos saldos dos depósitos judiciais da Justiça do Trabalho, passaram a ser contabilizados como receita de Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos, e não mais como receita de Transferências Intergovernamentais Recebidas.

3.16. Nota 16 – VPA - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

No exercício de 2023, a reavaliação positiva de imóveis, no valor de R\$ 52.994.937,36, que até o exercício de 2022 era registrada na conta de 4.6.1.1.1.02.00 - Reavaliação de Bens Imóveis, passou a ser

contabilizada na conta 2.3.6.1.1.02.00 - Reavaliação de Bens Imóveis - RIP, Reserva de Reavaliação do Patrimônio Líquido, em conformidade com a orientação da [Macrofunção SIAFI nº 020335](#) - Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável (vide Nota 12 - Demais Reservas).

3.17. Nota 17 – VPD - Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Em relação às Variações Patrimoniais Diminutivas, destacam-se as despesas com Pessoal e Encargos (50,16%), referentes aos servidores ativos, e a Benefícios Previdenciários e Assistenciais (25,86%), relacionados com o pagamento de inativos.

Quadro 19 - Despesas com Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		2023	AV	2022	AV	AH
PESSOAL E ENCARGOS	Remuneração a Pessoal	905.118.548,76	78,71%	852.972.503,50	78,76%	6,11%
	Encargos Patronais	184.187.698,55	16,02%	183.001.518,01	16,90%	0,65%
	Benefícios a Pessoal	60.651.415,50	5,27%	47.052.197,09	4,34%	28,90%
TOTAL		1.149.957.662,81	100,00%	1.083.026.218,60	100,00%	6,18%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	Aposentadorias e Reformas	478.215.971,36	80,65%	455.809.636,70	80,28%	4,92%
	Pensões	113.857.054,40	19,20%	111.122.507,71	19,57%	2,46%
	Outros Benefícios Previd. e Assist.	890.415,90	0,15%	869.206,63	0,15%	2,44%
TOTAL		592.963.441,66	100,00%	567.801.351,04	100,00%	4,43%

Fonte: SIAFI 2023

Os outros benefícios previdenciários e assistenciais compreendem as despesas com auxílio-funeral e auxílio-natalidade.

3.18. Nota 18 – VPD - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Conforme demonstra o quadro 20, no ano de 2023 as despesas com consumo de materiais, serviços de terceiros de pessoas física e jurídica, e depreciação e amortização tiveram um aumento de 21,51% em relação ao exercício anterior:

Quadro 20 - Despesas com Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		2023	AV	2022	AV	AH
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	Uso de Material de Consumo	1.495.374,49	0,90%	1.016.215,78	0,74%	47,15%
	Serviços	150.239.223,98	89,99%	122.636.604,57	89,26%	22,51%
	Depreciação, Amortização e Exaustão	15.213.155,90	9,11%	13.741.845,62	10,00%	10,71%
TOTAL		166.947.754,37	100,00%	137.394.665,97	100,00%	21,51%

Fonte: SIAFI 2023

Os principais materiais consumidos que estão incluídos no item Material de Consumo Imediato são material para comunicação (R\$161.700,00), de expediente (R\$ 78.868,08), de proteção (R\$ 62.750,78), de condicionamento (62.080,23) e material de manutenção de bens móveis (R\$ 50.762,26).

Quadro 21 - Detalhamento Consumo de Materiais

DESCRIÇÃO	2023	AV	2022	AV	AH
Material de Consumo Imediato	659.111,87	44,08%	338.118,24	33,27%	94,94%
Consumo de Material de Processamento de Dados	392.308,54	26,23%	202.442,70	19,92%	93,79%
Consumo de Materiais Estocados - Almoarifado	246.692,83	16,50%	298.400,41	29,36%	-17,33%
Consumo de Combustíveis e Lubrificantes	143.973,80	9,63%	124.000,94	12,20%	16,11%
Distribuição de Material Gratuito	30.745,50	2,06%	31.936,50	3,14%	-3,73%
Consumo de Gêneros de Alimentação	19.810,05	1,32%	13.082,95	1,29%	51,42%
Consumo de Material Hospitalar	2.499,90	0,17%	4.130,00	0,41%	-39,47%
Consumo de Material Farmacológico	232,00	0,02%	4.104,04	0,40%	-94,35%
TOTAL	1.495.374,49	100,00%	1.016.215,78	100,00%	47,15%

Fonte: SIAFI 2023

O quadro 22 apresenta o valor das despesas por serviços de terceiros de pessoas físicas e jurídicas.

Quadro 22 - Detalhamento Despesas com Serviços

DESCRIÇÃO	2023	AV	2022	AV	AH
Serviços Técnicos Profissionais	84.477.538,87	56,23%	70.011.129,95	46,60%	20,66%
Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	40.629.323,25	27,04%	32.153.806,82	21,40%	26,36%
Serviços de Água e Esgoto, Energia Elétrica, Gás e Outros	7.889.299,97	5,25%	5.535.772,75	3,68%	42,51%
Locações e Arrendamentos	6.559.264,89	4,37%	5.587.609,24	3,72%	17,39%
Serviço de Comunicação, Gráficos e Audiovisual	4.000.814,94	2,66%	4.901.722,18	3,26%	-18,38%
Diárias	3.210.823,13	2,14%	1.873.928,45	1,25%	71,34%
Serviços Educacionais e Culturais	1.679.584,68	1,12%	1.460.877,39	0,97%	14,97%
Serviços de Transporte, Passagem, Locomoção e Hospedagem	1.146.022,98	0,76%	663.586,56	0,44%	72,70%
Serviços Administrativos	316.647,70	0,21%	299.601,18	0,20%	5,69%
Fornecimento de Alimentação	200.680,44	0,13%	99.734,27	0,07%	101,22%
Seguros em Geral	122.840,56	0,08%	48.835,78	0,03%	151,54%
Serviços Diversos	6.382,57	0,00%	0,00	0,00%	
TOTAL	150.239.223,98	100,00%	122.636.604,57	81,63%	22,51%

Fonte: SIAFI 2023

3.19. Nota 19 – VPD - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

As despesas com Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas, no valor de R\$ 4.253.930,59, são decorrentes de reavaliação de bens imóveis para valor menor (R\$3.396.927,07), pela redução a valor recuperável do ativo intangível (R\$ 773.915,02) e ajustes de perdas de estoque de material de consumo (R\$ 83.088,50).

As despesas com incorporação de passivos apresentaram o montante aproximado de R\$ 226 milhões, são de precatórios de natureza alimentar e comum devidos pela administração direta e indireta da União e de Requisições de pequeno valor - RPV.

As despesas decorrentes de Desincorporação de Ativos no valor de R\$1.880.572,00, correspondem a baixa do ativo de valor referente ao adiantamento do salário de férias do exercício de 2022 (R\$1.689.834,63), créditos inscritos em Dívida Ativa (R\$ 77.977,57), baixa de bens móveis (R\$61.580,36) e baixa de ativo intangível com vida útil definida (R\$51.179,44).

3.20. Nota 20 – Balanço Orçamentário

O TRT da 4ª Região integra o Orçamento Geral da União através da Unidade Orçamentária (UO) 15105. Os valores expostos no Balanço Orçamentário refletem a execução dos recursos orçamentários alocados em sua unidade orçamentária e autorizados na [Lei nº 14.535/2023](#), Lei Orçamentária Anual - LOA 2023, não compreendendo aqueles cuja execução realiza-se de forma descentralizada (próprios de outra UO).

A LOA 2023 consignou ao TRT4 dotação orçamentária inicial de R\$ 1.899.003.564,00. No decorrer do exercício, contudo, foram realizados ajustes que permitiram adequar a dotação autorizada e resultaram em um acréscimo de R\$ 126.421.501,00. A dotação final ficou em R\$ 2.025.425.065,00. Em 2022, a dotação orçamentária consignada pela LOA foi de R\$ 1.895.420.954,00.

Em 2023, foram empenhados R\$ 1.988.026.773,80, o que corresponde a 98,15% do valor da dotação total. O quadro 23 apresenta o detalhamento da execução orçamentária no ano de 2023. Observa-se que foram liquidadas 98,46% das despesas empenhadas e pagas praticamente 100% das despesas liquidadas.

Quadro 23 - Despesas Orçamentárias da UO 15105

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESAS EMPENHADAS	AV	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS LIQUIDADAS / DESPESAS EMPENHADAS (%)	DESPESAS PAGAS	DESPESAS PAGAS / DESPESAS LIQUIDADAS (%)
DESPESAS CORRENTES	1.949.529.989,63	98,06%	1.936.824.480,10	99,35%	1.935.623.739,06	99,94%
Pessoal e Encargos Sociais	1.715.832.011,95	86,31%	1.711.764.725,19	99,76%	1.711.688.821,78	100,00%
Outras Despesas Correntes	233.697.977,68	11,76%	225.059.754,91	96,30%	223.934.917,28	99,50%
DESPESAS DE CAPITAL	38.496.784,17	1,94%	20.654.380,55	53,65%	20.647.042,01	99,96%
Investimentos	38.496.784,17	1,94%	20.654.380,55	53,65%	20.647.042,01	99,96%
TOTAL	1.988.026.773,80	100,00%	1.957.478.860,65	98,46%	1.956.270.781,07	99,94%

Fonte: SIAFI 2023

Em relação aos grupos de natureza da despesa, apresentam-se as seguintes considerações:

Pessoal e encargos sociais: são as despesas com pessoal ativo e inativo (aposentados e pensionistas) e encargos sociais.

Em 2023 as despesas liquidadas com pessoal totalizaram R\$ 1.711.764.725,19. Em relação ao exercício de 2022, o acréscimo foi de 3,75%, com incremento de R\$ 61.896.892,29. Essa diferença refere-se principalmente ao pagamento do a) reajuste da remuneração de magistrados ([Lei nº 14.520/2023](#)); b) licença compensatória para magistrados ([Resolução CSJT nº 372/2023](#)) e c) reajuste da remuneração de servidores ([Lei nº 14.523/2023](#)). Além disso, refere-se ao aumento de aposentadorias e pensões sujeitas ao reajuste dos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social, e ao crescimento vegetativo da folha de pagamento de ativos (adicional de qualificação, progressões, abono de permanência).

Outras despesas correntes: compreendem as despesas com benefícios a servidores e magistrados, custeio e Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - AJG.

No grupo “outras despesas correntes”, a mais significativa é a despesa com benefícios a servidores e magistrados, com a qual foram gastos R\$ 127,4 milhões, representando 56,6% do grupo ODC. A despesa com Assistência Jurídica a Pessoas Carentes (AJPC) totalizou R\$ 21,3 milhões ante R\$ 15,5 em 2023. As despesas de custeio atingiram R\$ 76,3 milhões, apresentando um acréscimo de 14,22% em relação ao exercício de 2023, quando alcançaram R\$ 66,8 milhões.

Investimentos: são os recursos orçamentários utilizados em patrimônio permanente, como desenvolvimento de sistemas de TI, aquisição de móveis e equipamentos e construção de prédios.

As despesas de capital liquidadas relativas ao orçamento de 2023 atingiram o montante de R\$ 20.654.380,55, sendo que R\$ 13,2 milhões, o equivalente a 63,85%, foram destinados para a aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Os valores inscritos e reinscritos em restos a pagar para 2024 totalizaram R\$ 36.689.737,75. Em relação ao exercício de 2023, o aumento foi de R\$ 12,5 milhões. Entre os sados inscritos, os destaques foram: a construção do prédio do Foro Trabalhista de Rio Grande (R\$ 7.807.043,35), modernização de elevadores do Edifício-Sede do Tribunal (R\$ 3.859.450,03), ampliação do Foro Trabalhista de São Leopoldo (R\$ 2.992.715,77) e modernização do sistema de áudio e vídeo do Plenário do Tribunal (R\$ 2.187.953,42). O total reinscrito para 2024 somou R\$ 4.933.388,62, deste saldo, R\$ 3.226.721,38 refere-se à nota de empenho de 2022 da construção do prédio do Foro Trabalhista de Rio Grande. Não houve reinscrição de notas de empenho anteriores ao exercício de 2021.

3.21. Nota 21 – Balanço Financeiro

No Balanço Financeiro, observa-se inexistência de receitas orçamentárias, pois o TRT4 não é agente arrecadador originário, ou seja, os recursos que custearam todas as despesas orçamentárias vieram de repasses da Setorial Financeira do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Além disso, no Balanço Financeiro as despesas orçamentárias apresentadas correspondem a todas as despesas empenhadas pela Unidade Gestora do TRT4 (080014). O valor é superior ao total das despesas empenhadas apresentado no Balanço Orçamentário da UO 015105, pois considera também os créditos descentralizados de outras unidades orçamentárias.

O quadro 24 apresenta o resultado financeiro do TRT4 nos exercícios de 2023 e 2022:

Quadro 24 - Resultado Financeiro

Ingressos e Dispendios	2023	2022
Receitas Orçamentárias	0	0
(-) Despesas Orçamentárias	2.214.771.071,68	1.948.340.970,91
Subtotal (Resultado Orçamentário)	-2.214.771.071,68	-1.948.340.970,91
Transferências Financeiras Recebidas	2.218.453.608,66	1.940.223.701,35
(-)Transferências Financeiras Concedidas	130.228.318,76	96.709.510,04
Subtotal (Resultado das Transferências)	2.088.225.289,90	1.843.514.191,31
Recebimentos Extraorçamentários	151.819.933,09	135.804.698,77
(-)Despesas Extraorçamentárias	16.149.282,33	19.584.572,13
Subtotal (Resultado Extra orçamentário)	135.670.650,76	116.220.126,64
Total (Resultado Financeiro)	9.124.868,98	11.393.347,04
Saldo Caixa para o Exercício Seguinte	68.401.405,90	59.276.536,92
Saldo Caixa do Exercício Anterior	59.276.536,92	47.883.189,88
Total (Resultado Financeiro)	9.124.868,98	11.393.347,04

Fonte: SIAFI 2023

Embora o resultado orçamentário tenha sido deficitário, os resultados das transferências financeiras e das movimentações extra orçamentárias foram superavitários. O resultado financeiro foi superavitário, ou seja, o ingresso de recursos no exercício de 2023 foi suficiente para cobertura de todas as despesas orçamentárias e, ainda, permitiu uma sobra de caixa de R\$ 9.124.868,98.

3.22. Nota 22 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) oferece informações acerca das alterações no caixa e equivalentes de caixa da entidade em um determinado período, evidenciando separadamente os fluxos nas atividades operacionais, nas atividades de investimento e nas atividades de financiamento.

O quadro 25 apresenta um resumo da DFC, demonstrando o resultado líquido de cada atividade e a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

Quadro 25 - Geração Líquida de Caixa

Fluxos de Caixa	2023	2022	AH	Variação absoluta
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	37.711.730,16	31.573.569,19	19,44%	6.138.160,97
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-28.586.861,18	-20.180.222,15	41,66%	-8.406.639,03
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-		
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	9.124.868,98	11.393.347,04	-19,91%	-2.268.478,06
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	59.276.536,92	47.883.189,88	23,79%	11.393.347,04
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	68.401.405,90	59.276.536,92	15,39%	9.124.868,98

Fonte: SIAFI 2023

Em 2023, a geração líquida de caixa foi positiva em R\$ 9.124.868,98. Verifica-se que as “atividades operacionais” tiveram uma variação positiva em relação a 2022, de aproximadamente R\$6,1 milhões. As “atividades de investimento” tiveram em 2023 mais desembolsos, se comparadas aos de 2022, gerando uma variação de 41,66%.

4. OUTRAS INFORMAÇÕES

4.1. Ativos contingentes

Ativo Contingente é um ativo possível, decorrente de eventos passados, cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

No TRT4, o valor registrado em contas de controle, referentes a ativos contingentes, totaliza R\$ 2.050.229,68, assim distribuídos:

- R\$ 1.397.639,37 referem-se a multa administrativa imposta à empresa por descumprimento de cláusula contratual, sendo o encaminhamento para inscrição em dívida ativa suspenso em razão de interposição de recurso judicial pela empresa;
- R\$ 653.060,67 referem-se a valores pagos indevidamente a ex-servidores e pensionistas (os procedimentos administrativos para reposição ao erário estão suspensos, em razão da interposição de processo judicial por parte dos ex-servidores/pensionistas).

No exercício de 2023, o valor contabilizado de R\$ 326.087,34, ajustado para R\$457.560,91, referente ao ressarcimento de valores pagos a maior a empresa prestadora de serviços que foi beneficiada pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, passou para confirmado, conforme decisão judicial. Assim foi contabilizado o valor de R\$457.560,91 na conta 1.1.3.8.1.05.00 - Créditos a Receber por Pgto em Duplicidade e o valor de R\$131.473,54 na conta 2.1.3.1.1.04.00 - Contas a Pagar Credores Nacionais (vide Nota 2 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo).

4.2. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

O PIPCP regulamentado pela Portaria STN nº 548/2015 estabelece os prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sob a mesma base conceitual.

Apresentamos abaixo a situação do PIPCP neste TRT4:

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Situação		
	não iniciado	em andamento	implantado
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	X		
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	Não se aplica		
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			X
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			X
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.			X
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			X
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			X
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	Não se aplica		
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	Não se aplica		
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	Não se aplica		
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			X
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Não se aplica		
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			X
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico pela STN		
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			X
16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico pela STN		
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	Não se aplica		
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			X
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	A ser definido em ato normativo específico pela STN		

ANEXO 1 - RELAÇÃO DE SOFTWARES SIGNIFICATIVOS NÃO RECONHECIDOS COMO ATIVOS

Nome e Sigla	Descrição
ADMEletrônico	Sistema de protocolo e processo administrativo eletrônico.
Aeropauta	Apresenta as pautas de audiências em monitor em cada Foro. Público alvo: público externo.
Aplicações de BI - Corregedoria	Solução de inteligência de negócio e exploração de dados com autosserviço para a área judiciária de 1º grau. Abrange os seguintes painéis: <ul style="list-style-type: none">- Painel da Unidade- Painel do Juiz- Pendentes com o Juiz- MGD- Assuntos- Certidões de Ações Trabalhistas- Promoção de Juiz- Gestão de Pauta- Promoção II- Promoção - Escola Judicial- RPVs não Pagas- Balcão Virtual- Afastamentos Magistrados no SIGEP- Atuações e Afastamentos de Magistrados- Painel Agrupador 1G- GECJ- Selo de Excelência - 1º Grau
Aplicações de BI - SaGGE	Solução de inteligência de negócio e exploração de dados com autosserviço para a área judiciária. Abrange os seguintes painéis: <ul style="list-style-type: none">- e-Gestão Item a Item- Metas- Quadriênio

Aplicações de BI - Secretaria-Geral Judiciária	Solução de inteligência de negócio e exploração de dados com autosserviço para a área judiciária de 2º grau. Abrange os seguintes painéis: <ul style="list-style-type: none"> - Produtividade 2º Grau - PAE - Panorama 2º Grau - Recursos de Revista - ARR - Produtividade ARR por Assistente - Painel Agrupador 2G - AIRRs Providos - Triagem de Processos - i-Con - Conciliômetro - Decisômetro Covid-19 (CNJ) - Painel de Ações Covid-19 - Medidor Semanal - Aptos para Julgamento - Afastamentos de Magistrados - Saguão do TRT - Centro de Inteligência - Produtividade dos Gabinetes - Metas e Taxa de Produtividade - IA: Cluster RR - IA: Cluster Gabinete - IA: Comissão Jurisprudência - JAEP - CEJUSC
ARQUI	Registro de processos arquivados provisoriamente. Usuários: Arquivo de Porto Alegre
AssineJus	Assinador digital de sistemas, integrado ao serviço de conferência (CDA)
Ata de Correição Automática	Relatórios de uso cotidiano no trabalho da Corregedoria.
Ateste de Contas	Sistema de Ateste de Contas (luz, água e correios)
AtoM - AccessToMemory	Sistema utilizado pelo Memorial para catalogação histórica de documentos e processos. Acessado também por usuário externos.
AUD PJe (AUD4)	Sistema de audiências integrado ao PJe-JT. Público Alvo: 1º Grau e CEJUSCs de 1º e 2º Grau.
AUDIÊNCIA DIGITAL	Sistema para upload de gravações de audiências para o PJEMÍDIAS
Audio SS	Sistema desenvolvido para que as Secretarias de Turma, Pleno e OE possam disponibilizar os áudios das sessões no site do TRT4.
AutoCCLE	Aplicação para automatizar o cadastramento de CLE no PJe. Público alvo: Público interno.
Avaliação de Desempenho	Registro e acompanhamento de avaliações de desempenho.
BNDT (registro e envio)	Envio eletrônico de informações ao BNDT. Público alvo: 1º Grau, 2º Grau e TST

Cadastro de Informações das Unidades Judiciárias	Sistema para Cadastro de Informações Auxiliar das Unidades Judiciárias (Feriados, Links para videoaudiências, entre outros).
Compras	Sistema para registro de aquisições e contratos
Consulta Processual	Consulta à tramitação processual
Distribuição e Compensação PJe	Sistema para ajuste de acumuladores de distribuição de processos do PJe 2º grau.
eCarta	Sistema para envio de correspondências eletrônicas. Viabiliza integração entre o PJe ao sistema e-carta dos Correios para envio de expedientes processuais diretamente do PJe aos Correios.
e-Gestão Administrativo	Gera itens estatísticos da área administrativa (recursos humanos).
e-Gestão 1º Grau	Cálculo dos itens do e-Gestão de 1º Grau.
e-Gestão 2º Grau	Cálculo dos itens do e-Gestão de 2º Grau.
e-Jus ²	Sistema de apoio à produção de acórdãos e às sessões de julgamento.
e-Rec	Sistema para administração de recursos de revista e agravos de instrumento.
e-Remessa	Sistema para envio e recebimento de recursos ao TST. Não se fazem mais envios por ele. É tudo pelo PJe. Em 12/06/2023, está ativo para receber resíduo de 770 processos enviados, por ele, ao TST.
Extrator DataJud	Sistema de extração e envio de dados estatísticos para o CNJ
FAE - Ferramenta de Apoio à Execução	Ferramenta de Apoio à Execução Público Alvo: JAE e 1º Grau.
Folha	Sistema de folha de pagamento.
Frequência	Sistema para registro e acompanhamento de frequência.
Garimpo	Sistema para localizar valores referentes a depósitos recursais, honorários periciais e alvarás não sacados.
GPPEC - Sistema de Gestão de Precatórios	Sistema de Gestão de Precatórios
inFOR	Sistema de acompanhamento de processos físicos de 1º grau. Público Alvo: 1º Grau e Arquivo de POA.
Íntegra offline PJe	Sistema para geração de íntegra offline de processos eletrônicos (PJe).
JTE	Aplicativo nacional para celulares que permite a consulta a processos (interna e externa) e a assinatura no PJE por magistrados e servidores, por pareamento.
Jurisprudência (Internet e e-Jus ²)	Pesquisa textual em decisões publicadas, despachos e outros documentos. Público interno e externo
NovaJus4	Sistema de acompanhamento de processos físicos de 2º grau.
NUGEP - Sistema de Gestão de Precedentes	Cadastro de processos que aguardam julgamento de precedentes.

OJS - Revista da Escola Judicial do TRT4	Sistema de gerenciamento e publicação da Revista da Escola Judicial do TRT4
Oraculum	Solução para registro de informações técnicas dos sistemas utilizados.
Pangea	<p>O sistema Pangea foi desenvolvida para concentrar, em um só local, a pesquisa por precedentes qualificados do TRT4, TST e STF.</p> <p>Posteriormente, houve o acréscimo dos textos de Pesquisa Secretaria de Recurso de Revista (PSRR), que é o resultado de uma pesquisa para identificar a chamada "jurisprudência atual, iterativa e notória" do TST, utilizada na admissibilidade de recurso de revista.</p> <p>Foi implementada, ainda, a possibilidade de que os magistrados e desembargadores possam incluir no Pangea os modelos de seu gabinete. Por fim, houve a integração com outros TRTs, que fazem login mediante Keycloak.</p> <p>O sistema é voltado para o público interno e externo.</p>
PAPS - Portal de Apoio ao Plano de Saúde	Sistema de apoio a SEGESP para lançamento e conferência de dados relacionados ao plano de saúde no SIGEP.
PAS - Portal de Apoio ao SIGEP-JT	Sistema que provê diversos relatórios de apoio ao uso do SIGEP.
Patrimonio	Sistema de administração de bens
Pauta Online	<p>Apresenta pautas de audiências no portal corporativo.</p> <p>Público Alvo: Público externo.</p>
pDep	Sistema de administração de processos arquivados definitivamente
PJE MÍDIAS	Sistema para visualização de audiências e provas armazenadas em MP4.
PJE MÍDIAS DESKTOP	Sistema para advogados e peritos efetuarem o upload de provas ou perícias em MP4
PJE-CALC	Sistema de elaboração e atualização de cálculos trabalhistas.
PJe-JT 1º Grau	Sistema de processo judicial eletrônico de 1º grau da Justiça do Trabalho.
PJe-JT 2º Grau	Sistema de processo judicial eletrônico de 2º grau da Justiça do Trabalho.
PjePortable	Aplicação baseada no navegador Firefox com configurações próprias para utilização do PJE.
PJ4 – Peticionamento Eletronico	Sistema de peticionamento eletrônico em processos físicos
Portal de Governança	Portal de governança de TI
Portal EAD (Moodle)	Portal de Ensino à Distância, através de ambiente Moodle
Portal Escola Judicial	Portal da Escola Judicial e Biblioteca
Portal Internet	Portal corporativo do TRT da 4ª Região
Portal Intranet (antigo)	Portal interno antigo (intranet)
Portal Memorial	Portal do Memorial
Portal Pessoal	Serviços e consultas pessoais do servidor e magistrado.
Portal VOX	Portal interno
PROAD	Sistema de processos administrativos eletrônicos, Ouvidoria, acessado também por usuários externos (empresas contratadas, licitações, etc)

Publicação DEJT 1º Grau	Publicação no DEJT das unidades de 1º Grau pela Corregedoria. Público Alvo: AssTecO, 1º Grau e público externo.
Relatórios Discoverer	Solução simples de exploração de dados e geração de relatórios ad hoc.
Replicante	Sistema de Replicação de índices do cálculo antigo e novo do inFOR. Público Alvo: JAP e 1º Grau.
RH	Sistema de Recursos Humanos.
Robô eCarteiro - Controle de nots por eCarta	Certifica nos autos a situação das notificações expedidas via eCarta, anexando o AR quando existente. Além disso, gera uma planilha de acompanhamento das notificações para audiências.
Robô EnaviGP - "Push" para Gabinete do Plantonista	Serviço "push" para avisar sobre a distribuição de processos ao Gabinete do Plantonista. Quando um novo processo entra no plantão, uma mensagem detalhada é enviada para um grupo de emails gerido pela SEGJUD.
Robô Faro - F. de Automações na Análise de Recurso	Trata-se de uma série de automatizações que estão sendo implementadas no fluxo da análise de recurso. Atualmente, possui as seguintes funcionalidades: a) identifica os processos recebidos do TST que transitaram em julgado e faz a remessa para o 1º grau; b) classifica os Agravos de Instrumento em Recurso de Revista como aptos para remessa ao TST ou pendentes de despacho; c) busca por processos que têm como parte o Hospital de Clínicas de Porto Alegre e a INFRAERO, excluindo-se automaticamente os advogados para que a intimação automática ocorra via sistema.
ROBÔ GAEL	Automação que executa certidões e intimações referentes aos alvarás eletrônicos.
Robô Gael - Gerenciador de Alvarás Eletrônicos	Certifica nos autos os alvarás eletrônicos expedidos pela Vara, realiza a intimação da parte interessada e registra no PJe o pagamento correspondente.
Robô i-Memoriã - Buscador de óbitos no CRC-JUD	O robô faz a busca automática no CRC-JUD por eventuais óbitos de inativos e pensionistas. Foi concebido para atender a demanda de prova de vida durante a suspensão do procedimento imposta pela pandemia de Covid-19.
Robô Paco - Publicador de Acórdãos	O robô identifica os processos judiciais que possuem acórdãos para publicar, bem como realiza as intimações das partes.
ROBÔ PAUTA	Automatização que lança no PJE os processos cadastrados na pauta da NJ4.
Robô Pipa - Procuradorias: intimação para pauta	O robô filtra os processos em que há parte com procuradoria, pautados em uma data selecionada pelo usuário, e faz a intimação via sistema para ciência da sessão de julgamento.
Robô Repp - Relatórios de pgtos periciais	Cria relatórios em PDF das solicitações de pagamentos de honorários periciais feitas no AJ-JT, com o intuito de publicação no portal do TRT4 (transparência) e autuação de processo administrativo para Presidência deste Regional.
Robô Rex - Redistribuições na SEEx	Realiza a redistribuição de processos na SEEx, observando a prevenção quando já houver Agravo de Petição (AP) ou Agravo de Instrumento em Agravo de Petição (AIAP) julgado.

Robô Roc4 - Rotinas complementares do Núcleo 4.0	Realiza a redistribuição de processos do Núcleo de Justiça 4.0, observando a competência para o Juízo 100% digital.
Robô-Precedentes	Robô criado para realizar o cadastro automático de processos no Sistema de Gestão de Precedentes (NUGEP).
RPHP	Sistema para registro de requisições de pagamento de honorários periciais. Público Alvo: 1º Grau, SECOF e Presidência.
SCMP-Sistema de Controle de Material e Patrimônio	Sistema de Controle de Material e Patrimônio.
Sessões Online	Apresenta pautas de sessões de julgamento no portal corporativo
SIF - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO FINANCEIRA (CEF)	Sistema de integração do PJE com a CEF, para emissão de guias de pagamentos, consulta a extrato de contas de processos e emissão de alvarás eletrônicos.
SIGEO	Sistema de gestão orçamentária.
SIGEO - AJJT	Sistema de cadastro nacional de peritos autorizados a atuarem na JT e de registro de solicitações de pagamentos a peritos.
SIGEP	Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos [Módulo Principal e Seus Satélites]
SILC	Sistema de Licitações e Contratos
SISCONDJ (BANCO DO BRASIL)	Sistema de Controle de Depósitos Judiciais do Banco do Brasil. Desenvolvido pelo BB, em parceria com o TRT02 (SP), permite a emissão de alvarás de ordens bancárias de transferência de valores diretamente da conta do processo no BB para a conta do credor.
Sistema de apoio ao PJe (pesquisa partes)	Consulta por nome parte e controle de distribuição de processos no 2º grau
Sistema de Eleição Eletrônica	Sistema de votações eletrônicas
Sistema de Precatórios (Precat)	Sistema para administração de precatórios. Público Alvo: JAP.
Sistema de Promoção	Sistema usado para organizar a promoção de juízes por merecimento.
Sistema de Relatórios do PJe (SERP)	Ferramenta para geração de relatórios a partir dos dados armazenados no PJe
Urna eletrônica	Sistema que permite a realização de votações eletrônicas em modo aberto ou sigiloso, dentro do e-Jus ² , para uso em sessões de julgamento.
VIPE	Consulta e impressão de petições eletrônicas recebidas